STJ00111160

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

PRESCRIÇÃO DECADENCIA

2ª edição revista, atualizada e ampliada

gen
Editora FORENSE

STJ00111160

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: *30.09.2020*

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
  Copyright © 2021 *by*
  Editora Forense Ltda.
  Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
  Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
  Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
  www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Aurélio Corrêa

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
  SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355p
Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Prescrição e decadência / Humberto Theodoro Júnior. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-309-9116-6

1. Direito civil – Brasil. 2. Decadência (Direito) – Brasil. 3. Prescrição (Direito civil). I. Título.

20-63973 1184750 CDU: 347.131.2(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária CRB-7/6439

Respeite o direito autoral

SUMÁRIO

Capítulo I – Da Prescrição e da Decadência 1
1. O efeito do decurso do tempo sobre os direitos subjetivos 1
2. Prescrição e decadência 2

Capítulo II – Da Prescrição 5
3. A prescrição como extinção da pretensão 5
4. Visão histórica 9
5. Não é o direito que prescreve 12
6. Fundamento da prescrição 15
7. Prescritibilidade e imprescritibilidade 18
8. Sobre a imprescritibilidade da ação reivindicatória 23
9. A prescrição como evento próprio das pretensões patrimoniais 25
10. Requisitos da prescrição 26
11. A má-fé não é requisito da prescrição 27
12. Contagem do prazo prescricional 28
    12.1. A *actio nata* no direito brasileiro e no STJ 30
    12.2. A contagem do prazo nos diversos tipos de obrigações 35
    12.3. Alguns julgados do STJ e do TJMG sobre o tema 38
    12.4. Prazo para propositura da anulatória 54
    12.5. Ônus da prova 55
13. Efeitos da prescrição 55
14. Ação, pretensão e exceção 57
15. Prescritibilidade das exceções 59
16. Direito comparado 61

Capítulo III – Da Renúncia à Prescrição 63
17. Renúncia à prescrição 63
18. Renúncia expressa e renúncia tácita 66
19. Capacidade para renunciar à prescrição 68
20. Efeito da renúncia 69
21. Renúncia prejudicial a terceiros 70
22. Ação do terceiro prejudicado 71

STJ00111160

Capítulo IV – Das Regras sobre Prazo e Momento de Invocação da Prescrição ... 73
23. Natureza das regras que fixam os prazos de prescrição ... 73
24. A inderrogabilidade dos prazos prescricionais no direito brasileiro ... 73
25. Momento de exercer a exceção de prescrição ... 74
26. Arguição em recurso extraordinário ou especial ... 78
27. Prescrição da execução ... 79
    27.1. Prescrição na fase de liquidação de sentença ... 81
    27.2. Prescrição da execução individual de sentença coletiva em ação civil pública ... 82
28. Prescrição da execução civil da sentença penal ... 83
29. Acolhida judicial da prescrição *ex officio* ... 85
30. Declaração *ex officio* da prescrição intercorrente em execução fiscal ... 87
31. A indisponibilidade dos direitos do absolutamente incapaz reconhecida pelo art. 194 do CC/2002 ... 87
32. Arguição pelo Ministério Público ... 88
33. Arguição pelo curador ... 88
34. A reforma do Código de Processo Civil de 1973 diante do sistema de prescrição do direito material ... 89
35. A necessidade de um esforço de interpretação sistemática para compatibilizar a regra processual de 1973 com a matriz da prescrição construída pelo direito material ... 91
36. O resultado a ser obtido por meio das técnicas da hermenêutica sistemática e teleológica ... 98
37. Um grave equívoco ideológico cometido pelo legislador reformador ... 104
38. Conclusões recomendáveis em face da revogação do art. 194 do Código Civil ... 107

Capítulo V – Da Responsabilidade Civil pela Ocorrência da Prescrição ... 109
39. Responsabilidade civil do assistente dos relativamente incapazes ... 109
40. Os absolutamente incapazes ... 110
41. Relativamente incapaz que não tem representante legal ... 111
42. Representante de pessoa jurídica ... 111
43. A prescrição em face dos sucessores ... 112
44. Prescrição a favor do sucessor ... 113

Capítulo VI – Das Causas que Impedem ou Suspendem a Prescrição ... 115
45. Obstáculos ao curso da prescrição ... 115
46. As causas de impedimento ou suspensão ... 115
47. A suspensão da prescrição por força maior ... 116

STJ00111160

47.1. A suspensão e o impedimento da prescrição durante a pandemia do coronavírus (Lei nº 14.010/2020) ... 118
48. A prescrição e o dolo ou coação contra o titular da pretensão ... 119
49. Impedimento ou suspensão por causas subjetivas bilaterais ... 120
50. Cônjuges ... 120
51. Cônjuges separados ... 122
52. Ascendentes e descendentes ... 123
53. Tutela e curatela ... 124
54. Impedimento ou suspensão subjetiva unilateral ... 124
55. Os absolutamente incapazes ... 125
55.1. Os curatelados impossibilitados de manifestar a vontade ... 128
55.2. Prazos decadenciais ... 130
56. Os ausentes do País ... 130
57. Serviço de guerra ... 131
58. Impedimento objetivo da prescrição ... 131
59. Condição suspensiva ... 132
60. Prazo vencido ... 134
61. Evicção ... 135
62. A ação civil e a ação penal ... 136
63. Os credores solidários e a suspensão da prescrição ... 139

Capítulo VII – Das Causas que Interrompem a Prescrição ... 141
64. Interrupção da prescrição ... 141
65. Causas naturais de interrupção ... 142
66. Oportunidade da interrupção ... 142
67. Unicidade da interrupção ... 143
68. Causas de interrupção ... 146
69. Citação ou ajuizamento da ação ... 147
70. Dinâmica da interrupção da prescrição por meio da citação ... 148
70.1. Regras processuais a observar ... 150
70.2. Prazos do CPC ... 151
70.3. Suprimento da citação ... 153
70.4. Extinção do processo sem resolução do mérito ... 153
70.5. Citação pessoal ... 155
70.6. Citação e mora pré-constituída ... 156
70.7. Alguns julgados do STJ sobre interrupção da prescrição pela citação ... 158
71. Protesto judicial ... 162
72. Protesto cambial ... 163
72.1. Interpelação extrajudicial ... 164

STJ00111160

73. Apresentação do título de crédito em juízo sucessório 165
74. Apresentação do título de crédito em concurso de credores 166
75. Ato judicial de constituição em mora do devedor 167
76. Reconhecimento do direito pelo devedor 170
77. Retomada da prescrição 172
78. Processo anulado ou extinto sem resolução de mérito 173
78.1. Quando a citação não interrompe a prescrição 176
78.2. Liminar que inibe a ação do credor 177
79. Prescrição intercorrente 177
79.1. A prescrição intercorrente e o Código de Processo Civil de 2015 179
79.2. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015 183
79.3. Prescrição intercorrente e morte do credor 184
80. Legitimação para promover a interrupção da prescrição 187
81. Limites subjetivos da interrupção da prescrição 188
82. Obrigações solidárias 189
83. A morte do devedor solidário 190
84. Fiador 191
85. Litisconsórcio necessário e interrupção da prescrição 193
86. Limites objetivos da interrupção 195

Capítulo VIII – Dos Prazos da Prescrição. Generalidades 197
87. Inovações 197
87.1. A prescrição e o Código de Defesa do Consumidor 198
87.2. Particularidades da prescrição e da decadência, em matéria de responsabilidade civil, segundo o Código de Defesa do Consumidor 200
87.3. A prescrição na arbitragem e mediação 204
88. Regime da prescrição do crédito tributário 207
88.1. O regime da prescrição em face da execução fiscal 209
89. O regime da prescrição em relação aos créditos trabalhistas 212
89.1. Prescrição e decadência em relação aos créditos de relação de trabalho 212
89.2. Regra geral dos prazos prescricionais 213
89.3. Prescrição relativa a acidente de trabalho 214
89.4. Prescrição relativa às verbas de FGTS 215
89.5. Prescrição total ou parcial, em caso de prestações sucessivas 216
89.6. Interrupção da prescrição 217
89.7. Prescrição intercorrente 218
90. A prescrição e o direito intertemporal 219

STJ00111160

90.1. A necessidade de submeter-se aos princípios básicos do direito intertemporal ... 223
90.2. Compatibilização do art. 2.028 com o princípio da irretroatividade das leis ... 224

Capítulo IX – Dos Prazos de Prescrição no Código Civil ... 227
91. Prazo ordinário de prescrição ... 227
92. Ações reais e ações pessoais ... 228
93. Responsabilidade contratual ... 231
93.1. Alguns julgados do STJ sobre descumprimento contratual ... 235
94. Cálculo do prazo ... 238
94.1. Definição do termo inicial ... 239
95. A redução da prescrição e o direito intertemporal ... 240
96. Prescrição ânua ... 242
97. Hospedeiros e fornecedores de víveres para consumo no próprio estabelecimento ... 242
98. Contrato de seguro ... 243
98.1. Seguro de responsabilidade civil ... 244
98.2. Prescrição em face do terceiro beneficiário do seguro ... 246
98.3. Seguro em grupo ... 247
98.4. Comunicação do sinistro ao segurador e o começo da fluência da prescrição ... 247
98.5 O posicionamento do STJ sobre o tema ... 249
98.6. Prescrição diferente na previsão do CDC e do CC ... 250
98.7. Evolução da jurisprudência sobre a contagem da prescrição em caso de seguro ... 251
98.8. A prescrição do contrato de seguro e o Código de Defesa do Consumidor ... 255
98.9. Alguns julgados do STJ sobre o tema de seguros ... 256
99. Custas, emolumentos e honorários ... 261
100. Perito avaliador ... 262
101. Liquidação da sociedade ... 263
102. Pensão alimentícia ... 264
102.1. Pensão alimentícia solvida por terceiro ... 265
102.2. Pensão alimentícia decorrente da prática de ato ilícito ... 266
103. Aluguéis de imóveis ... 266
104. Rendas temporárias ou vitalícias ... 267
105. Juros, dividendos e prestações acessórias ... 268
105.1. Correção monetária ... 271
106. Enriquecimento sem causa ... 271

STJ00111160

107. Repetição de indébito 272
107.1. Visão pretoriana moderna do enriquecimento sem causa 273
107.2. Observações conclusivas 275
107.3. Alguns julgados do STJ sobre o tema 276
108. Reparação civil do dano *ex delicto* 284
108.1. Responsabilidade indenizatória do Poder Público e de exploradores de serviços públicos 286
108.2. Dano ocorrido durante a relação trabalhista 287
109. Restituição de lucros ou dividendos indevidos 288
110. Pretensões derivadas de violação da lei ou dos estatutos sociais 289
110.1. Fundadores da sociedade anônima 289
110.2. Administradores e fiscais 290
110.3. Liquidante 291
111. Títulos de crédito 291
111.1. Títulos cambiários e cheque 292
111.2. Debêntures 296
112. Beneficiário do seguro 297
113. Prescrição entre tutor e pupilo 299
114. Dívidas líquidas documentadas 300
114.1. Jurisprudência do STJ sobre o tema 301
115. Profissionais liberais, procuradores judiciais, curadores e professores 303
115.1. Honorários advocatícios 304
116. Recuperação das despesas processuais 306

Capítulo X – Da Prescrição em Face da Fazenda Pública e dos Contratos Regulados por Leis Especiais 307
117. Fazenda Pública, entidades paraestatais e concessionários de serviços públicos 307
117.1. Prescrição de reparação por desapropriação indireta 313
117.2. Reparação ao erário 316
117.3. Ação de indenização contra a Administração Pública 324
117.4. Prescrição dos benefícios previdenciários 328
118. Prazos de prescrição aplicados a contratos regulados em lei especial 328

Capítulo XI – Da Decadência 331
119. O regime velho 331
120. O regime do atual Código Civil 331
121. A virtude da solução encontrada pelo Código Civil 334
122. Conexão do direito material com o direito processual 335
123. Fundamento da decadência 337

STJ00111160

124. Direito intertemporal 337
125. Decadência e direito adquirido 338
126. A fatalidade do prazo de decadência 340
127. O termo final do prazo de decadência 342
128. A decadência no âmbito do direito processual 352
128.1. Prescrição e decadência nas relações de consumo 356
129. Prejuízos de incapazes por culpa dos representantes legais 359
130. Decadência e pessoa jurídica 360
131. Renúncia da decadência 361
132. Decretação da decadência *ex officio* 363
133. Decadência convencional 365
134. Julgamento de improcedência liminar do pedido 365
135. Alguns julgados do STJ relativos ao prazo de decadência 366

Índice Alfabético-Remissivo 373

Índice Onomástico 385

Bibliografia 391